

As Disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no Currículo Escolar da Educação Básica na Atualidade: algumas reflexões

MarcosPereira dos Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE)

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo efetuar algumas reflexões sobre as disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar da Educação Básica na atualidade. Para tanto, discorreremos inicialmente acerca da inclusão de disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar, enquanto modismo pedagógico ou necessidade social; bem como sobre a dicotomia existente entre ensino e ensinagem dessas disciplinas na escola. Em seguida, busca-se tecer alguns apontamentos referentes à aprendizagem de línguas estrangeiras modernas na escola e sobre sua presença na vida e na escola contemporânea como fator de exclusão ou emancipação. Por fim, são apresentados comentários acerca do inglês como língua estrangeira hegemônica em tempos de globalização e algumas conjecturas voltadas à formação inicial e continuada de professores de Língua Estrangeira nos dias atuais.

Palavras-Chave: Língua estrangeira moderna. Disciplinas escolares. Currículo. Educação Básica.

The Disciplines of Modern Foreign Language in the Curriculum of Basic Education in the News: Some Reflections

Abstract: This article has as main objective to perform some reflections on the disciplines of modern foreign language in the curriculum of Basic Education. To this end, initially about the inclusion of expatiates disciplines of modern foreign language in the school curriculum, while pedagogical fad or social need; well how about the existing dichotomy between vocational education and ensinagem of these subjects at school. Then make some notes search for the modern foreign language learning at school and on their presence in contemporary life and in school as a factor of exclusion or emancipation. Finally, the comments appear on the hegemon english as a foreign language in times of globalization and some conjectures geared to initial training and ongoing contribution of foreign language teachers in the present day.

Key-words: Modern foreign language. School subjects. Curriculum. Basic Education.

Introdução

A língua, manifestada oralmente ou por escrito, permite-nos comunicar com diferentes pessoas e interagir com textos de vários gêneros literários, sejam eles escritos ou pronunciados, formando o discurso, sempre com um objetivo que vai além da superficialidade das palavras e/ou frases desconexas (FARACO, 2002). Ela conduz toda a complexidade das ações humanas, enunciadas de forma discursiva. Obviamente, tais ações envolvem negociação de significados, haja vista as nossas próprias limitações em utilizá-la e do interlocutor em interpretar a enunciação. Os enunciados, por sua vez, nunca são neutros e estão sempre imbricados de ideologias. Além disso, existe sempre um contexto que forma cenário e reflete todo um ambiente histórico-sócio-cultural no qual estamos envolvidos.

Nessa perspectiva, o presente artigo visa fazer uma análise crítico-reflexiva acerca da presença das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar da Educação Básica contemporânea; uma vez que as mesmas, através de seu conteúdo estruturante – o discurso – possibilitam aos estudantes despertar para uma consciência crítica e transformadora da realidade objetiva existencial concreta, subsidiada por elementos integradores (conhecimentos discursivos, sócio-pragmáticos, culturais e linguísticos) que estão sempre presentes na interação dos alunos com as disciplinas de Língua Estrangeira, bem como pelas práticas educacionais (de escrita, leitura e oralidade) que realizam a abordagem do discurso em sua totalidade, interagindo entre si de uma forma ou de outra.

1. Inclusão de disciplinas de língua estrangeira moderna no currículo escolar: modismo pedagógico ou necessidade social?

Em linhas gerais, o ato de ensinar e aprender, na escola, uma língua estrangeira moderna (inglês, espanhol, francês, italiano entre outras) não consiste um fim em si mesmo, mas um caminho que professores e alunos podem seguir para refletir e crescer nas discussões sobre assuntos variados que envolvem o Brasil e outros países; bem como ampliar conhecimentos teórico-práticos e compartilhar experiências vividas, valorizando e respeitando assim as diferentes culturas existentes.

A questão do ensino e da aprendizagem de língua estrangeira na escola brasileira dos dias atuais, particularmente no âmbito da escola pública, tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos e educacionais; uma vez que tem sido objeto de manifestos de profissionais da área em reuniões científicas e de representações junto ao Congresso Nacional.

Até o início da década de 1990, a discussão se acirrava em torno do fato de se garantir a permanência da disciplina de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar. No entanto, com o advento da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), ao prever no artigo 26, parágrafo 5º, que na parte diversificada do currículo escolar deverá ser incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série da Educação Básica, o ensino de pelo menos uma disciplina de Língua Estrangeira Moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar e dentro das possibilidades da instituição educacional (BRASIL, 1996); os debates passaram a não mais apresentar um caráter defensivo.

Todavia, entendemos ser necessário considerar critérios didático-metodológicos norteadores para definir que línguas estrangeiras modernas devem ser incluídas no currículo escolar formal. Para tanto, é preciso se ponderar sobre a visão utópica de uma sociedade na qual o desejo idealista de um “estado de coisas” prevalece sobre uma avaliação mais realista e criteriosa daquilo que é realmente possível. Por um lado, há de considerar o valor educacional e cultural das línguas estrangeiras, derivado de objetivos tradicionais e intelectuais para a aprendizagem de língua estrangeira que conduzam a uma justificativa para o ensino de qualquer língua. De outro, faz-se importante levar em conta as necessidades linguísticas da sociedade e suas prioridades econômicas, principalmente no que diz respeito a opções de línguas de significado econômico e

geopolítico em um determinado momento histórico. Grosso modo, isso reflete, por exemplo, a posição e aceitação quase unânime das línguas inglesa e espanhola no contexto escolar brasileiro da atualidade.

Independentemente de se reconhecer a importância do ensino e do aprendizado de várias línguas, ao invés de uma única, e de se colocar em prática uma política de pluralismo linguístico (aceitação da existência de línguas diferentes), Almeida Filho (1993, p.52) alerta-nos para o fato de que “nem sempre há a necessidade de se incluir mais do que uma língua estrangeira moderna no currículo escolar, uma vez que os motivos podem ir da falta de professores até a dificuldade de incluir um número elevado de disciplinas na grade curricular”. Nesse sentido, faz-se urgente e necessário refletir sobre que língua(s) estrangeira(s) incluir no currículo escolar da Educação Básica, sem desconsiderar os fatores históricos, os relativos à tradição cultural e os referentes às comunidades locais de cada região onde a instituição-escola encontra-se inserida.

De modo geral, essas e outras reflexões se fazem necessárias acerca da inclusão de disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, visto que nesses níveis de ensino a língua estrangeira tem um valioso papel construtivo como parte integrante da educação escolar formal; pois envolve um complexo contexto de reflexão sobre a realidade social, política e econômica, com valor intrínseco importante no processo de capacitação que leva à libertação e à construção da cidadania.

Em outros termos, isso significa afirmar que a inclusão de uma determinada área de conhecimento no currículo escolar deve, inclusive, ser determinada pela função que a mesma desempenha na sociedade. No caso específico de uma disciplina de Língua Estrangeira Moderna, tal fato requer uma reflexão crítica sobre o seu uso efetivo por parte da clientela escolar e da população em geral. Dizemos isso, porque é possível observar que:

No Brasil dos dias atuais, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais

de uma língua estrangeira em situação de trabalho é, ainda, relativamente pequeno. (COSTA, 2008, p.20)

Nesse contexto, considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de língua estrangeira no Brasil não leva em conta o critério de relevância social para a sua aprendizagem. Com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas e/ou de comunidades plurilíngues, o uso de uma língua estrangeira moderna parece estar, em nosso entendimento, mais vinculado à leitura de literatura técnica ou de lazer. Assim sendo, convém notar que os únicos exames formais em Língua Estrangeira (concursos vestibulares e processos de admissão de candidatos a cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrados e doutorados) requerem, em geral e tão somente, o domínio da habilidade de leitura; a qual atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, a utilização do idioma pelo aluno em seu contexto social mais imediato.

2. Línguas estrangeiras modernas na escola: a dicotomia ensino versus ensinagem

Com base na função social da aprendizagem de disciplinas de Língua Estrangeira Moderna e nas condições existentes na maior parte das escolas brasileiras de Educação Básica, o foco no *o que ensinar* pode ser melhor compreendido ao se pensar, metaforicamente, sobre o que as lentes de uma máquina fotográfica focalizam. O primeiro foco, através da utilização de uma lente padrão, estaria colocado na habilidade comunicativa de leitura. A lente pode, contudo, ser trocada por uma grande-angular, na dependência das condições em contextos de ensino específicos como também do papel relativo que as línguas estrangeiras representam na comunidade (o caso do espanhol na situação de fronteira, por exemplo), de modo a ampliar o foco para envolver também as habilidades comunicativas de escrita e oralidade.

Esse sistema de focos, no entanto, tem por objetivo organizar uma proposta de ensino que garanta para todos, na rede escolar, uma experiência significativa de comunicação via língua estrangeira, por intermédio do uso de uma lente padrão. A isso, Celani (1997, p.33) chama de “engajamento discursivo por meio de leitura em língua

estrangeira, que se pauta por uma questão central que é a de dar acesso a todos a uma educação linguística de qualidade”.

Todavia, é interessante destacar que o foco na habilidade comunicativa de leitura não exclui a possibilidade de haver espaços no planejamento curricular da disciplina de Língua Estrangeira para efetuar a exposição do aluno à compreensão e memorização de letras de música, de pequenos poemas, trava-línguas e diálogos. Esses recursos didáticos são úteis para proporcionar certa consciência dos sons da língua, de seus valores estéticos e de alguns modos de veicular determinadas regras de uso da língua estrangeira, tais como: polidez, intimidade, saudações, linguagem da sala de aula entre outras. Além disso, também permitem o envolvimento com aspectos lúdicos que a língua oral possibilita, aumentando assim a vinculação afetiva com a aprendizagem.

Em outros termos, isso significa dizer que o professor de língua estrangeira deve ter clareza de que esses momentos não implicam, necessariamente, engajamento no discurso oral; uma vez que os mesmos têm a função de contribuir para a elevação da consciência linguística dos alunos, bem como oportunizar uma aprendizagem significativa e prazerosa.

Contudo, faz-se profícuo atentar para o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, escassez de material didático entre outras) podem inviabilizar, de certa forma, o ensino das diferentes habilidades comunicativas nas disciplinas de Língua Estrangeira Moderna (COSTA JÚNIOR, 1997). Mas, isso não deve ser empecilho para que o professor deixe de realizar um trabalho pedagógico eficaz e eficiente, uma vez que dispendo de paciência e criatividade é possível proporcionar aos alunos um ensino de qualidade.

3. Aprendizagem de línguas estrangeiras modernas na escola: alguns apontamentos

A aprendizagem de disciplinas de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a autopercepção do aluno como ser humano e cidadão. Por esse motivo, ela deve centrar-se no engajamento discursivo do educando, ou seja, em sua capacidade de inserção no discurso de modo a poder agir no mundo social. (MACHADO e NOGUEIRA, 2006)

No entanto, para que isso seja possível, é fundamental que o ensino de língua estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Tal função encontra-se, pois, relacionada ao uso que se faz de Língua Estrangeira via leitura, embora se possa também considerar outras habilidades comunicativas, como escrita e oralidade, por exemplo, em função da especificidade de algumas línguas estrangeiras e das condições existentes no contexto educacional escolar.

Diferentemente do que ocorre em outras disciplinas escolares, na aprendizagem de línguas estrangeiras modernas o conhecimento adquirido pelo aluno deve ter uso prático e imediato nas diferentes situações do dia a dia. Assim, caracterizar o objeto de ensino (a língua estrangeira) significa ressignificar os conhecimentos e usos que os educandos fazem deles ao agirem na sociedade. Portanto, ao ensinar e aprender uma língua estrangeira na escola é essencial que professores e alunos tenham uma compreensão teórica do que é a linguagem, tanto do ponto de vista dos conhecimentos e saberes necessários para utilizá-la quanto em relação ao uso que podem fazer dos mesmos para (re)construir significados no mundo social.

Face ao exposto, pode-se dizer que duas concepções teóricas básicas de cunho sociointeracional ancoram o processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras modernas na escola de Educação Básica na atualidade: uma atrelada à linguagem e outra referente à aprendizagem. Sobre essa questão, Coracini (2005, p.67) assim se posiciona:

O enfoque sociointeracional da linguagem indica que, ao se engajarem no discurso, as pessoas consideram aqueles a quem se dirigem ou quem se dirigiu a elas na construção social do significado. É determinante nesse processo o posicionamento das pessoas na instituição, na cultura e na história. Para que essa natureza sociointeracional seja possível, o aprendiz utiliza conhecimentos sistêmicos, de mundo e sobre a organização textual, além de ter de aprender como usá-los na construção social do significado via Língua Estrangeira. A consciência desses conhecimentos e a de seus usos são essenciais na aprendizagem, posto que focaliza aspectos metacognitivos e desenvolve a análise crítica do aprendiz no que se refere a como a linguagem é usada no mundo social, enquanto reflexo de crenças, valores e projetos políticos. No que se refere à *visão sociointeracional da aprendizagem*, pode-se dizer que é compreendida como uma forma de se estar no mundo como alguém e é, igualmente, situada na instituição, na cultura e na história.

Assim, os processos cognitivos têm uma natureza social, sendo gerados por meio da interação entre um aluno e um parceiro mais competente. Em sala de aula, essa interação tem, em geral, caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento. Daí a importância de o professor aprender a compartilhar seu 'poder' e dar voz ao aluno de modo que este possa se constituir como sujeito do discurso e, portanto, da aprendizagem.

É indiscutível, pois, o fato de que a aprendizagem de uma língua estrangeira moderna, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão; devendo a escola, diante disso, não se omitir em relação a essa aprendizagem. Entretanto, embora o conhecimento acerca de uma língua estrangeira seja altamente prestigiado na sociedade dos dias atuais, as línguas estrangeiras, como disciplinas curriculares, se encontram de certa forma deslocadas da escola. A crescente proliferação de cursos particulares de idiomas é evidência clara para tal afirmação, descaracterizando assim a função social da escola, mesmo que em porções ínfimas.

Sem a pretensão de fazer críticas alusivas à oferta de cursos de línguas estrangeiras para além das redes oficiais de ensino, consideramos ser necessário pensar a respeito do nível de qualidade de tais cursos. Dizemos isso, porque o distanciamento proporcionado pelo envolvimento dos alunos no uso de uma língua diferente os ajuda a aumentar sua autopercepção como ser humano e cidadão. Ao entender o outro e sua alteridade (fatores sociais que caracterizam a vida de outras pessoas em comunidade), pela aprendizagem de uma língua estrangeira, os educandos aprendem mais sobre si mesmos e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social.

Em outros termos, isso implica dizer que a aprendizagem de uma língua estrangeira deve, de acordo com Bohn e Vandresen (1988), garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outras pessoas no discurso. Todavia, esse engajamento pode ser viabilizado em sala de aula através de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, sujeito do discurso via língua estrangeira; sendo capaz de agir no mundo por meio da palavra em língua estrangeira nas várias habilidades comunicativas. Essa construção passa,

assim, pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. Nesse sentido, convém destacar que:

[...] é importante garantir ao aluno uma experiência singular de construção de significado pelo domínio de uma base discursiva – capacidade que possibilita as pessoas se comunicarem umas com as outras por meio do texto oral ou escrito –, que poderá ser ampliada quando se fizer necessário em sua vida futura ou quando as condições existentes nas escolas o permitirem. (CAVALCANTI, 1989, p.92)

Além dessas questões, faz-se necessário salientar que um pressuposto básico para a aprendizagem de uma língua estrangeira moderna é garantir a continuidade e a sustentabilidade de seu ensino na escola, pois não há como propiciar avanços na aprendizagem de uma língua estrangeira se esta for ensinada de forma simplista, fragmentada e pontual.

A aprendizagem de disciplinas de Língua Estrangeira na Educação Básica não é simplesmente um exercício intelectual de apreensão de formas e estruturas linguísticas em um código diferente, mas uma experiência de vida; uma vez que amplia as possibilidades de se agir discursivamente no mundo. Desse modo, consideramos ser deveras importante o papel educacional das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna para o desenvolvimento integral dos alunos, devendo, portanto, seu ensino proporcionar aos aprendizes possibilidades de abertura para o mundo, tanto o mundo próximo, fora si mesmos, quanto o mundo distante, em outras culturas. Assim, contribui-se para a construção, e para o cultivo pelos alunos, de uma competência não só no uso de línguas estrangeiras, mas também na compreensão e valorização da diversidade cultural existente.

Posto isto, pode-se dizer, em suma, que a aprendizagem de línguas estrangeiras na escola objetiva, entre outros fatores, aumentar o conhecimento sobre linguagem que o aluno construiu sobre sua língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira em vários níveis; bem como possibilitar que o aluno, ao se envolver nos processos de construir significados nessa língua, se constitua em um ser discursivo no uso de uma língua estrangeira.

4. A presença das línguas estrangeiras na vida e na escola contemporânea: fator de exclusão ou emancipação?

A língua estrangeira configura-se, em particular, como meio importante pelo qual uma vasta gama de relações são expressas, sendo, portanto, indiscutível o papel que ela desempenha na compreensão mútua, na promoção de transações políticas e comerciais, no desenvolvimento de recursos humanos entre outros fatores.

Entretanto, convém atentar para o fato de que, embora apresente uma função de promotora de progresso e desenvolvimento, “a língua estrangeira também pode afetar as relações pessoais e comunicacionais entre diferentes grupos sociais em um país, valorizando as habilidades de alguns e desvalorizando as de outros” (SILVA, 1983, p.138). Em linhas gerais, isso quer dizer que: internamente, pode servir como fonte poderosa e símbolo de coesão ou divisão; e, externamente, pode ser utilizada como veículo de elitização que capacita algumas pessoas a ter acesso ao mundo exterior, deixando outras à margem.

No plano internacional, situação análoga ocorre. O que diz respeito à situação de indivíduos dentro de um país, aplica-se à situação de países no contexto da comunidade internacional. Se a tendência do mundo de hoje para o futuro é a dependência cada vez maior na troca de informações, as línguas estrangeiras estão, portanto, no cerne da questão; podendo a servir de instrumento de exclusão ou emancipação social.

Nesse sentido, cabe-nos aqui recorrer ao conceito freireano de educação como força motriz libertadora (FREIRE, 2000), aplicando-o ao processo ensino-aprendizagem das disciplinas de Língua Estrangeira na escola de Educação Básica; tendo em vista que as línguas estrangeiras que concorram para o desenvolvimento individual e nacional podem ser também entendidas como veículo de emancipação tanto em termos culturais quanto profissionais.

Enquanto força libertadora e emancipatória, a língua estrangeira oferece condições para que as pessoas aprendam a escolher entre possibilidades que se apresentam. Mas, para tanto, é necessário ter olhos esclarecidos para ver. Isso significa despojar-se de qualquer tipo de falso nacionalismo, que pode ser um empecilho para o desenvolvimento pleno do cidadão no seu espaço social imediato e no mundo em geral. A aprendizagem de língua estrangeira aguça a percepção e, ao abrir a porta para o mundo exterior, não só propicia acesso à informação, mas também torna os sujeitos

sociais e os países bem mais conhecidos. Essa é, pois, uma visão de ensino de Língua Estrangeira como instrumento de progresso, desenvolvimento e ascensão social de indivíduos e de nações. À guisa de exemplificação, vale destacar que essa concepção tem sido bastante discutida também no âmbito do processo ensino-aprendizagem da língua materna; levando estudiosos do assunto a considerar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a linguagem como parte dessa visão de linguística enquanto fator de libertação e emancipação social.

5. O inglês como língua estrangeira hegemônica em tempos de globalização

É fato que em muitas escolas brasileiras de Educação Básica, devido principalmente à heterogeneidade e superlotação das turmas, não é possível o professor trabalhar a contento as quatro grandes habilidades comunicativas pertinentes ao aprendizado de uma língua estrangeira moderna, que são: ler, escrever, falar e ouvir. (WITZEL, RAMOS e VALLE, 2006)

Todavia, nos dias atuais, dominar, ao menos razoavelmente, o idioma inglês torna-se fundamental. Ele é uma verdadeira ferramenta de trabalho e comunicação. Sem falar do prestígio e *status* social, há uma enorme diferença entre um profissional que domina e outro que não domina a língua inglesa; a qual é falada no mundo todo e que apresenta estruturas fonéticas, gramaticais, linguísticas e de entonação substancialmente diferentes de nossa língua materna. Daí a familiaridade com um novo idioma demandar considerável tempo, paciência e perseverança por parte de professores, alunos e demais interessados em conhecer e utilizar uma língua estrangeira na sociedade capitalista contemporânea.

Questões como poder e desigualdade, por exemplo, são centrais no processo ensino-aprendizagem de línguas, particularmente no contexto de Língua Estrangeira. Tais fatores têm sido preocupação frequente de estudiosos da linguagem, notadamente no que se refere à situação de dominação do idioma inglês como uma espécie de “segunda língua materna” e mesmo como Língua Estrangeira Moderna. Dizemos isso, porque a posição do idioma inglês nos campos dos negócios, da cultura popular e das relações acadêmicas internacionais coloca-o, segundo Liberato (1993, p.4), como “a língua do poder econômico e dos interesses de classes, constituindo-se em possível ameaça para outras línguas e em guardião de posições de prestígio na sociedade”.

Por outro lado, há a necessidade de olhar a cultura como um processo em constante negociação, principalmente no atual momento histórico de realizações político-culturais de inter-relacionamento global. Isso se torna, pois, deveras importante agora, quando as fronteiras tradicionais do mundo estão se abrindo. Assim, é preciso se evitar teorias totalizantes de reprodução social e cultural, ou seja, visões de uma sociedade consumista global, veiculadas por uma língua estrangeira hegemônica como o inglês, por exemplo, para se chegar a um paradigma crítico que reconheça verdadeiramente o papel do ser humano na transformação da vida social. Acreditamos assim, que tal concepção fará com que se atente não só para como as vidas das pessoas são reguladas pelo discurso, mas também para como as pessoas resistem a essas visões totalizantes ao produzirem seus próprios discursos.

Nesse sentido, o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, tendo em vista o papel hegemônico deste idioma nas trocas internacionais, desde que haja consciência crítica desse fato, pode colaborar na formulação de contra-discursos (práticas sociais de uso da linguagem caracterizadas pela confrontação de discursos hegemônicos) em relação às desigualdades entre diferentes países e grupos sociais (homens e mulheres, brancos e negros, falantes de línguas hegemônicas e não hegemônicas etc.). Dessa forma, professores e alunos passam de meros consumidores (passivos) de cultura e de conhecimento a criadores ativos, cientes de que o uso de uma língua estrangeira configura-se como forma de agir no mundo a fim de transformá-lo. Convém salientar, em contrapartida, que a ausência dessa consciência crítica no processo ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras modernas influi, pois, na manutenção do *status quo* ao invés de cooperar para sua radical transformação.

6. A formação inicial e continuada de professores de língua estrangeira na atualidade: algumas conjeturas

A prática pedagógica dos professores em sala de aula está, entre outras questões, diretamente relacionada à concepção que os mesmos têm sobre escola, ensino, currículo, aprendizagem, conhecimento, avaliação, sociedade etc. Sendo assim, é preciso que se invista maciçamente, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, na formação inicial e continuada de professores, particularmente os de Língua Estrangeira, de modo que possam compreender a importância da unidade teoria-prática nos

processos de ensinar e aprender. Isso exige, essencialmente, o envolvimento do professor em reflexões *na e sobre a* ação de suas práticas em sala de aula.

Tradicionalmente, pensava-se que seria suficiente que o professor fosse exposto a princípios educacionais para que sua prática docente mudasse imediatamente ao abraçar uma nova proposta pedagógica. Atualmente, contudo, sabe-se que o processo é muito mais demorado e complexo, pois “embora os professores frequentemente compreendam princípios teóricos, ao retornarem para a sala de aula, costumam interpretar as inovações em termos de crenças e práticas anteriores”. (ROMANOWSKI, 2006, p.174)

Desse modo, acredita-se que além de se expor o professor aos princípios subjacentes a parâmetros, também se faz necessário seu envolvimento em um processo de reflexão crítica e analítica sobre o seu trabalho em sala de aula. Essa reflexão é, pois, entendida como o modo mais eficiente para que as práticas pedagógicas sejam questionadas e alteradas (se necessário), gerando assim um desenvolvimento contínuo da prática de ensinar Língua Estrangeira, e, conseqüentemente, da própria proposta curricular inovadora.

À título de ilustração, convém considerar, por exemplo, que na base da formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Estrangeira destinados ao terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental encontra-se a ideia de que tais parâmetros representam um meio explícito de diálogo entre os profissionais de Língua Estrangeira (BRASIL, 1998), objetivando levar a análises e ressignificações didático-pedagógicas, de modo que o supracitado documento não tenha um caráter dogmático nem praticista. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que o professor aprenda a refletir sobre sua prática docente de forma sistemática; visto que é essa reflexão que vai gerar massa crítica na comunidade de professores de que participa, levando ao desenvolvimento na profissão.

Por esse motivo, os cursos de formação inicial e continuada de professores de Língua Estrangeira têm sido cada vez mais considerados como contextos favoráveis para a reflexão por meio do envolvimento dos docentes em práticas de investigação científica, as quais procuram, segundo Gomes (2005, p.12), seguir os princípios da:

Pesquisa-ação: investigação desenvolvida pelos professores sobre suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Pesquisa colaborativa: investigação colaborativa exercida entre um pesquisador externo e o professor.

Pesquisa auto-etnográfica (ou de histórias de vida): investigação que envolve essencialmente as narrativas do professor sobre sua vida como um meio de refletir sobre seu trabalho docente.

Nesse enfoque, acreditamos ser fundamental incentivar cada vez mais a participação de professores em práticas de investigação científica acerca do seu trabalho docente, valorizando-os e entendendo-os como os principais agentes reflexivos e decisórios do processo educacional na escola.

Considerações finais

À medida que este artigo ia tomando forma e sentido, fortalecia-se cada vez mais nossa concepção sobre o fato de que o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se de forma exponencial no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Vivemos numa época histórica marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. Tal demanda impõe, pois, uma revisão dos currículos escolares de Educação Básica, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação no Brasil contemporâneo.

No que diz respeito especificamente à presença das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna nas grades curriculares do Ensino Fundamental e Médio, acreditamos serem as mesmas sobremaneira importantes para a formação da cidadania e o despertar da consciência crítica, por parte dos alunos, em relação à linguagem e aos aspectos sociopolíticos envolvidos. Essas questões se articulam, de certa forma, com os temas transversais (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual) dos Parâmetros Curriculares Nacionais destinados ao primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997), notadamente, na possibilidade de se usar a

aprendizagem de línguas estrangeiras como espaço para se compreender, na escola, as várias maneiras de se viver a experiência humana.

A aprendizagem de Língua Estrangeira representa, pois, outra possibilidade de se agir no mundo pelo discurso além daquela que a língua materna oferece. Dizemos isso, porque o ensino de Língua Estrangeira incorpora a questão de como as pessoas agem na sociedade por meio da palavra, construindo o mundo social, a si mesmos e os outros à sua volta; bem como oferece um modo singular para tratar das relações entre a linguagem e o mundo social, já que é o próprio discurso que constrói o mundo social.

Além desses fatores, o ato de aprender uma Língua Estrangeira Moderna possibilita acesso a como são construídos os temas propostos como transversais em práticas discursivas de outras sociedades. É uma experiência de grande valor educacional, posto que fornece os meios necessários para os aprendizes se distanciarem desses temas ao examiná-los por intermédio de discursos construídos em outros contextos sociais de modo a poderem pensar sobre eles, criticamente, no meio social em que vivem.

Diante do exposto, esperamos que este artigo possa servir de fonte de referência para discussões e tomada de posição sobre ensinar e aprender Língua Estrangeira nas escolas brasileiras. Portanto, não deve ser entendido como portador de um caráter dogmático, pois isso impossibilitaria as sugestões e críticas decorrentes por condições diversas e inviabilizaria o desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva. Nossa intenção é ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, professores, alunos, entidades governamentais e sociedade em geral acerca da importância das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no currículo escolar da Educação Básica na atualidade, contribuindo assim para uma transformação radical e positiva nos processos de ensino e de aprendizagem na escola.

Referências

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Editora Pontes, 1993.
- BOHN, H.; VANDRESEN, P. **Tópicos em linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20/12/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.
- . Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental – apresentação dos temas transversais e ética**. v.08. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- . **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTI, M. C. **Interação leitor-texto**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- CELANI, M. A. A. **Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CORACINI, M. J. **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. 4.ed. Campinas: Editora Pontes, 2005.
- COSTA. A. E. **Língua estrangeira na escola: teoria e prática**. Londrina: EDUEL, 2008.
- COSTA JÚNIOR, D. M. **O ensino de língua estrangeira na escola fundamental**. São Paulo: EPU, 1997.
- FARACO, C. A. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 2.ed. São Paulo: Editora Parábola, 2002.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GOMES, L. A. **A pesquisa na prática docente**. São Paulo: Hacker, 2005.
- LIBERATO, W. A. **Stairway to english: ensino médio**. v.03. São Paulo: FTD, 1993.
- MACHADO, H. B.; NOGUEIRA, R. T. H. A importância de aprender um segundo idioma na terceira idade. In: **Faculdade Sant’Ana em Revista: ação em saber**. Ponta Grossa: Editora Ponta Grossa, n.01, p.13-15, ago./dez., 2006.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e profissionalização docente**. 2.ed. Curitiba: Editora do IBPEX, 2006.

SILVA, A. C. O papel das línguas estrangeiras no desenvolvimento científico. In: **Anais do V ENPULI**. São Paulo: Editora da PUC-SP, p.133-144, 1983.

WITZEL, A. R. S.; RAMOS, A. K. S.; VALLE, D. P. English book. In: VÁRIOS AUTORES. **Língua estrangeira moderna: espanhol e inglês – ensino médio**. Curitiba: SEED-PR, p.157-256, 2006. (Coleção Livro Didático Público)